

votação do presente requerimento, seja ele concretizado por simples designação da Presidência.

Justificativa — Está completamente paralisada a vida comercial, industrial e portuária de toda a baixada santista. O maior e mais movimentado porto da América do Sul está, assim, parado, e nele nesta hora não se vislumbra o menor ato de trabalho ou a simples movimentação da menor máquina.

Doadores, estivaros, consertadores de cargas, descargas, talfeiros, conferentes, comerciantes, industriários, funcionários públicos e profissionais de todas as categorias estão todos de braços cruzados, numa extraordinária e comovente greve de solidariedade aos seus companheiros da indústria petroquímica, que se acham em parede há alguns dias reivindicando melhorias salariais. Sem dúvida alguma, Srs. deputados, se tal situação adquirir proporções tão delicadas na vida da cidade e do país, se deve à intransigência fria e inexplicável dos industriais proprietários das empresas petroquímicas existentes no município de Cubatão. Insensíveis aos problemas pecuniários dos seus empregados, sem levar em conta o atual encarecimento do custo de vida e fugindo à obrigatoriedade de pagamento das taxas de insalubridade e periculosidade exigidas pelas leis trabalhistas, são os empregadores os responsáveis diretos pela parede que neste momento paralisa toda a baixada santista. Preferem não abdicar um cruzeiro dos seus fabulosos lucros, não pagando melhor aos que constroem a sua riqueza, levando assim no desamparo famílias de trabalhadores que já não suportam o peso da miséria em seus lares. A ganância, a ambição e o desejo desenfreado de lucros e mais lucros determinaram, dessa forma, a emocionante paralisação que hoje cruza os braços de mais de 500 mil pessoas de Santos, Cubatão, São Vicente, Passaguera, Guarujá, Vicente de Carvalho e adjacências. Para os que assistem, como nós outros, verdadeiramente revoltados, o crescimento da miséria e do sofrimento do nosso povo, principalmente da massa trabalhadora, em virtude do enriquecimento brutal de meia dúzia de potentados, a greve que hoje explodiu em Santos só pode nos motivar satisfação e orgulho. Ela demonstra que o espírito de luta e a ousadia do povo brasileiro não está, como muitos o julgam, totalmente aviltado. Está, isto sim, reprimido e latente em todos os corações que amam o Brasil e desejam o seu progresso.

Aos trabalhadores de Santos, pois, as nossas mais eloquentes homenagens, pela dignidade que demonstram ao lutar, neste instante em que cruzam os braços em sinal de protesto contra a exploração, a miséria e a fome.

Ela demonstra, Sra. Presidente, ser imprescindível uma movimentação no sentido de atendimento dos direitos.

Estou também encaminhando ao Sr. Presidente João Goulart um telegrama que contém a justificativa que li da tribuna, para que S. Exa. venha, "data venia" — apesar de sua molestia, da qual esperamos S. Exa. fique curado logo — pessoalmente a São Paulo, a Santos, para pôr cõbo aos abusos dos empregadores.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Sólton Borges dos Reis.

O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS — (Sem revisão do orador) — Exma. Sra. Presidente, Srs. deputados, o Projeto de lei 1048-61, oriundo de mensagem governamental, que atende em parte as reivindicações do Centro do Professorado Paulista, melhorando os níveis de vencimentos do magistério, está em fase final de tramitação nesta Casa.

Amanhã, em sua reunião extraordinária, a douta Comissão de Finanças da Assembléia deverá apreciar o parecer do nobre deputado Onofre Gusmão, relator da matéria, que se pronunciou sobre as 15 emendas de 31 assinaturas oferecidas ao projeto. Sendo aprovado amanhã, na Comissão de Finanças, o parecer do nobre deputado relator sobre as emendas de 31 assinaturas, estará, Sra. Presidente e Srs. deputados, o Projeto de lei 1048, em vias de receber o pronunciamento final do Plenário, pois ele não poderá mais voltar às Comissões nem receber mais emendas. A discussão já foi encerrada. O assunto encontra-se em fase final de votação, em segunda discussão. Faço um apelo a V. Exa., Sra. Presidente, porque sei que tanto a maioria como a minoria parlamentares estão com a maior boa-vontade para com este projeto, e tanto os deputados da situação como os da oposição e os integrantes de todas as bancadas da Assembléia, têm boa-vontade para que cheguemos à conclusão desse projeto de lei — faço, por conseguinte, um apelo para que V. Exa. convoque para quinta-feira uma sessão extraordinária, a fim de que, publicado, nesse dia, o parecer da Comissão de Finanças, como publicado já foi, anteriormente, o da Comissão de Educação, possa o Plenário em segunda discussão pronunciar a votação final do Projeto de lei 1048. Assim, os professores do ensino primário, secundário, normal e industrial poderão, no próximo mês de junho, receber, com o aumento votado por esta Casa, os vencimentos de seus respectivos cargos, a partir de 1.º de abril, como dispõe o projeto de lei em questão.

Tenho certeza, Sra. Presidente, com sei Srs. deputados, que a Mesa também, acompanhando a sua boa-vontade de sempre e a boa-vontade da maioria e da minoria parlamentares, que estão, para com este projeto, unidas, visando apenas aos interesses do ensino e do magistério, há de convocar esta sessão extraordinária para depois de amanhã, a fim de que possamos votar, em segunda discussão esse projeto de lei, que tanto interesse vem despertando.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Augusto do Amaral.

O SR. AUGUSTO DO AMARAL (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, os problemas de maior interesse para a região sul de São Paulo — volto a insistir — são os que se referem ao suprimento de energia elétrica para as cidades que compõem aquela zona e a construção de estradas, sobretudo a pavimentação da estrada que vai de Capão Bonito até Itapeva. O Governo tem negligenciado um pouco no atendimento desses dois importantes problemas. No momento, ao que sei, o Departamento de Estradas de Rodagem tem conseguido autorização do Conselho para a inclusão dessa estrada no Plano Suplementar de Obras, o que vale dizer estaria assim praticamente resolvido, uma vez que em seguida o D.E.R. poria em concorrência a pavimentação da estrada em questão. (Muito bem!)

O segundo grande problema da região é o da energia elétrica. A USELPA, conforme tive oportunidade de mencionar desta tribuna, entende que, por enquanto, a região não comporta a construção de uma linha de transmissão da ordem de 90 quilômetros de extensão, para ligar o sistema elétrico de Juruimirim a Salto Grande. Nós, evidentemente, entendemos de maneira diferente, e temos insistido junto ao Sr. Governador no sentido de mandar mudar a orientação daquela empresa de economia mista. Ouve-se dizer até que estaria na iminência de se mudar a direção daquela empresa. No momento, porém, o Sr. Governador tem uma sugestão nossa, que daria uma solução a curto prazo para o problema: aproveitar o remanescente da produção energética da usina de Catas Altas, de Itararé.

E preciso, Sra. Presidente e Srs. deputados, que o Sr. Governador determine, com a máxima urgência, que se dê atendimento a essa sugestão, para que S. Exa., ao visitar Itapeva nos próximos dias de junho, possa ser recebido da maneira como nós desejamos, nós, os políticos e o povo, quer dizer, com a maior satisfação, comemorando um serviço de grande relevância já prestado pelo governo de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Dante Perri.

(O Sr. Dante Perri pronuncia um discurso que por depender de revisão do orador, será publicado depois).

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lepera. (Pausa) Tem a palavra o nobre deputado Miguel Jorge Nicolau.

O SR. MIGUEL JORGE NICOLAU (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, tendo em vista solucionar graves problemas de abastecimento de energia elétrica no interior do Estado, os quais vêm se constituindo em frequentes focos de perturbação social, o governador Carvalho Pinto determinou a criação de uma empresa para a distribuição de energia nas zonas de sua concessão. Esta é a auspiciosa notícia transmitida, através da imprensa, pelo Governador do Estado ao povo paulista, e cuja repercussão na economia dos municípios será, sem dúvida, altamente positiva. Sabemos, por experiência própria, como é dolorosa e deficiente, em muitas cidades de interior, a distribuição de energia elétrica. Ao tempo em que fomos Prefeito de São João da Boa Vista, experimentamos, na própria carne, o angustioso problema. Não fora nossa firme disposição, alicerçada no povo de nossa cidade, e tendo sua inteira solidariedade, e até hoje não teríamos satisfeito as necessidades do município neste setor fundamental da produção de energia elétrica. Acreditamos que ainda hoje todos se recordam das lutas que foram travadas, em São João da Boa Vista, para fazer com que a Companhia Sanjoanense de Eletricidade, empresa particular, então, e que não satisfazia as necessidades do povo, fosse encampada e passasse sua responsabilidade para a esfera estadual. Várias vezes saiu o povo sanjoanense às ruas, verdadeiramente revoltado e dificilmente contido, em virtude do péssimo serviço de distribuição de eletricidade. Até quebra-quebras de empresa tivemos que enfrentar. Felizmente, em consequência da nossa luta, hoje a empresa é estatal e cumpre com satisfação as suas finalidades, dando-nos uma demonstração viva e inofensível de que só a iniciativa oficial tem condições, embora algumas vezes com deficiência, de satisfazer a produção de serviços de utilidade pública. A situação de energia elétrica, quanto ao seu abastecimento, nas cidades do interior, vem assumindo, cada dia mais, aspectos de suma gravidade, pois as pequenas empresas isoladas não têm

podido fazer frente à elevação dos custos de produção e distribuição, solicitando constantemente majorações de tarifas, sem poder, entretanto, oferecer melhor serviço. A atitude do governo paulista anunciando ao povo a formação de uma empresa única para a distribuição de energia elétrica no interior é, pois, digna dos mais veementemente aplausos. Para nós, Srs. deputados, o fato de ser escolhida a Sanjoanense de Eletricidade para ser a empresa centralizadora das pequenas empresas do interior, como ponto de partida da estatização da distribuição de energia elétrica no interior de São Paulo, só pode nos encher de alegria e dizer da justiça da luta que enfrentamos para encampá-la. Que a Bandeirante de Eletricidade S.A. empresa que irá unificar todas as pequenas companhias de eletricidade do interior, cumpra o seu grande destino de começar, em São Paulo, o monopólio estatal da produção e distribuição de energia elétrica, é o que desejamos ardentemente, louvando a atitude do Governo do Estado.

Era o que tínhamos a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Athéu Jorge Coury.

O SR. ATHEU JORGE COURY — Sem revisão do orador — Sra. Presidente e Srs. deputados, considerando a periódica escassez do feijão e arroz, gêneros de primeira necessidade e base da alimentação do povo brasileiro, motivo sério de tranquilidade pública;

Considerando que, hodiernamente, visando alta produtividade, não se olata mais feijão e arroz entre as culturas permanentes;

Considerando que, de forma diversa dos tempos passados, o plantio de feijão e arroz é feito em áreas próprias, não aproveitando o trabalho dedicado às culturas permanentes;

Considerando que as culturas do feijão e arroz, por serem exclusivas, exigem dos agricultores maiores recursos além de sujeitá-los a grandes riscos que muitas vezes redundam em perda total;

Considerando que são frequentes os casos em que os lavradores perdem toda a produção e o trabalho de vários meses e ganham pesada dívida;

Considerando que diante desse risco poucos são aqueles que se dedicam à cultura do feijão e do arroz, causa, entre outras, do encarecimento e da escassez da produção;

Considerando que para fomentar a produção há necessidade de o governo estudar uma modalidade de financiamento com seguro contra os riscos da perda da produção;

Considerando que procedimento semelhante é feito com relação ao granizo com evidentes benefícios,

Indico ao Poder Executivo a necessidade de proceder a estudos no sentido de instituir um seguro contra os riscos da perda da produção de gêneros de primeira necessidade, notadamente o feijão e o arroz.

Era o que desejava dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Cid Franco.

O SR. CID FRANCO — Srs. deputados, vou ler, para que conste dos Anais desta Assembléia, o seguinte documento: (Lê)

"Apoio aos grevistas de Cubatão e de Santos.

O Diretório Regional do Partido Socialista Brasileiro envia aos grevistas da indústria petroquímica e a todos os trabalhadores que a eles se juntaram, em manifestações de solidariedade, a sua mais entusiástica declaração de apoio e estímulo em favor do movimento que deflagram por melhores condições de trabalho, por imediato aumento de salários e pela encampação das indústrias do ramo pelo governo.

A luta dos trabalhadores de Cubatão justifica-se sob todos os aspectos: exigem eles que os proprietários das indústrias — quase todos, senão todos, pertencentes a grupos monopolistas estrangeiros — cerquem as condições de trabalho de garantias necessárias para a defesa da saúde e da integridade física do trabalhador; exigem aumento de salários em uma indústria que rende milhões de lucros extraordinários aos trustes imperialistas, enquanto o operário nacional é miseravelmente explorado; e, finalmente, lutam pela encampação da indústria pela Nação. Esta última reivindicação apresenta um aspecto de grande importância: em primeiro lugar, porque indica o único caminho certo para resolver todos os problemas dos trabalhadores e da própria indústria do ramo, em segundo lugar, porque parte da iniciativa dos próprios trabalhadores, numa prova admirável de consciência dos problemas econômicos nacionais e de suas soluções.

Os trabalhadores de Cubatão tal como os camponeses que ocupam as terras, chegam à convicção de que a gestão direta, o controle dos trabalhadores nas empresas básicas constitui o modo natural de impedir o contínuo aviltamento do salário pela implacável sede de lucro dos proprietários.

O Partido Socialista Brasileiro saudá, pois, os heróicos trabalhadores de Cubatão e seus companheiros de todos os sindicatos de Santos que lhes prestaram admirável manifestação de apoio concreto, com a deflagração da greve geral, demonstrando o alto nível de consciência de classe que alcançaram, na luta constante pela defesa de seus direitos e contra toda a população do Estado, todos os trabalhadores a apoiarem o movimento dos petroquímicos de Cubatão.

por aumento imediato de salários;

por melhores condições de trabalho;

pela encampação das indústrias petroquímicas pelo Estado, com controle operário em sua gestão;

pela reforma agrária radical, único meio de aliar o movimento de redenção do homem do campo aos trabalhadores da cidade;

contra a decisão absurda do Tribunal Regional Eleitoral, que age contra o interesse da maioria do povo e em favor da minoria de proprietários;

contra as violências policiais do DOPS do Governador Carvalho Pinto;

contra a exploração do trabalhador nacional pelo capital estrangeiro.

Pela Vitória da Grande Greve dos Trabalhadores de Cubatão!

O D. R. do Partido Socialista Brasileiro, São Paulo".

Era, Srs. deputados, o documento que me cumpria ler desta tribuna, manifestando-me de pleno acordo com todos os seus termos.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Ciro Albuquerque. (Pausa) Tem a palavra o nobre deputado Jayme Almeida Pinto.

O SR. JAYME ALMEIDA PINTO — Sem revisão do orador — Sra. Presidente, nobres colegas, a convite da Associação Rural de Paraguaçu Paulista e incorporando-me a uma caravana da FARESP, participei de uma reunião de produtores de algodão, no dia 1.º do corrente, na cidade de Paraguaçu Paulista.

Lá, enfrentando a chuva fria que caía continuamente, reuniram-se, na praça pública, não menos de seis mil pequenos plantadores de algodão, para reivindicar, de público, um preço que já não seria o mínimo, mas preço condigno para cada arroba de algodão em caroço, porque o preço de Cr\$ 695,00, desatualizado como estava, não cobria sequer as despesas de produção.

O entusiasmo foi grande e os argumentos apresentados na praça pública, não pelos líderes que lá se encontravam, mas pelos próprios produtores, foram irrefutáveis.

Dado o alto custo da mão-de-obra, das ferramentas, dos adubos e dos inseticidas, do crédito para financiamento, da semente, hoje em dia, na área de São Paulo, nenhum colonizador conseguirá plantar e colher um alqueire de terra com algodão por menos de 160 mil cruzeiros. De maneira que aquele preço desatualizado de 695 cruzeiros para a lavoura é prejuízo certo e matemático. E o que acontece? Nem por 695 cruzeiros os maquinistas desejavam adquirir o produto, com tanto sacrifício arrancado da terra. E de já regressando, verificamos que a Comissão de Financiamento da Produção, órgão federal, através de elementos ligados ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Primeiro Ministro, fixou como preço mínimo razoável para São Paulo, num registro extemporâneo e ineportuno, a importância de 760 cruzeiros por arroba de algodão.

Ainda esse preço, Sra. Presidente e Srs. deputados, está desatualizado (muito bem!), porque não compensa a despesa de produção. E seria preciso que um governo de pulso forte fizesse com que a Sombra, Matarazzo, Anderson, Clayton, Esteves e Mac-Faden pagassem esse preço vil por aquele algodão porque nem esse preço lhes pagariam. E ressaltamos ainda, nesse ato que fixou o preço da arroba em 760 cruzeiros, uma grave falta, o Governo deveria dar efeitos retroativos para que os pequenos, que se despojaram do produto, ainda pudessem receber dos maquinistas a diferença de preço.

E Deus permita que esta voz seja ouvida nesta Casa, para que as nossas autoridades retifiquem esse erro contra os produtores de algodão, e retifiquem o ato do preço mínimo, para que os colonizadores possam obter na margem de lucro condigna.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Costa. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Francisco Franco.

O SR. FRANCISCO FRANCO (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, em reunião realizada no dia 24 de abril próximo passado na Secretaria da Viação, autoridades estaduais, responsáveis pelo planejamento do Segundo Plano de Ação, debateram a necessidade de se dotar o Estado de São Paulo de mais 10 aeroportos.

Desta tribuna, quero chamar a atenção do Sr. Governador do Esta-